

A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO SISTEMA JURÍDICO GAÚCHO

LARISSA BORGES¹; ANTONELLA GARCIA NOGUÊZ²; MANOELA PEROZZI GAMEIRO³; FÁBIO FAGUNDES⁴; INGRID FERRAZ⁵; MARI CRISTINA FAGUNDES⁶:

¹Universidade Federal de Pelotas – larissadasillvaborges@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – antonellagarcianoguez@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – manaelagameiro@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – fabioff.fagundes@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – ingrid.ferraz2006@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – maricris.ff@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A temática relacionada às representações sociais entrou em voga e com isso proporcionou debates e análises que aludem a como a sociedade brasileira é permeada por desigualdades que refletem na composição dos espaços de poder. Nessa perspectiva, o Sistema Judiciário não se abstém do dilema. De acordo com o Diagnóstico Étnico-Racial do Poder Judiciário de 2023, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), identificam-se como pessoas pretas apenas 1,7% dos magistrados e magistradas. Esse dado alarmante é muito simbólico, refletindo como as estruturas de poder foram moldadas para perpetuação de privilégios de certos grupos sociais e em detrimento da exclusão de outros. Para além disso, quando analisado o atual cenário de representação no judiciário, é possível reconhecer que quando os marcadores sociais de raça e gênero se interseccionam maiores os quadros de opressão e desigualdade vivenciados. Conclui-se que é preciso frisar a importância de uma magistratura plural, representativa e capaz de avançar para uma realidade mais equitativa. De acordo com a revolucionária bell hooks, é fundamental que, além de se questionarem os padrões e representações de imagens, busque-se modificá-las, uma vez que, à medida que essas representações são modificadas, o corpo negro consegue modificar a forma como se vê e como é visto.

2. METODOLOGIA

Este projeto tem como finalidade conscientizar e problematizar acerca da falta de representatividade de mulheres negras no cenário jurídico gaúcho. Se propondo a compreender como as desigualdades de raça e gênero, na perspectiva da interseccionalidade, influem na composição da corporação judiciária riograndense em sua totalidade de preceitos e preconceitos. Para tal, utilizou-se do método comparativo ao analisar dados do Diagnóstico Étnico-Racial no Poder Judiciário de 2023, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para além, foi realizada pesquisa e revisão bibliográfica. No presente artigo, evidencia-se a necessidade da existência de representatividade nos espaços de poder e de uma magistratura plural.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa etapa do trabalho, buscou-se centrar a discussão em dois aspectos basilares, sendo o primeiro a exposição de um panorama atual do judiciário com enfoque no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, a análise se estendeu no que tange as raízes históricas que fundamentam o quadro evidenciado no primeiro tópico.

2.1 Panorama atual do Judiciário gaúcho

A priori, cabe analisar a composição social em um contexto geral, a fim de comparar os dados referentes à população em geral com os que se referem às minorias, que, por meio da interseccionalidade, podem ser relacionados à ideia de que existe uma extrema exclusão no judiciário gaúcho no que tange à mulheres negras e pardas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,59% da população gaúcha são mulheres autodeclaradas pretas ou pardas, enquanto os homens negros ou pardos correspondem a 10,6%. Por sua vez, as mulheres brancas representam 40,92% da população e os homens brancos, 37,49%. Relacionando os dados acima informados com os do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, os mesmos tornam-se alarmantes, tendo em vista que, conforme a Direção de Pessoas (DIGEP) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), do total de 814 magistrados, 380 são mulheres, das quais apenas 4 são mulheres autodeclaradas pretas e 10 autodeclaradas pardas. Diante disso, ainda que representem um número menor da população, quando comparadas às brancas, as mulheres negras ocupam espaços ainda menores na justiça do Rio Grande do Sul, evidenciando o quadro histórico de preconceito e exclusão que se perpetua no país e no estado. Essa desigualdade, por outro lado, também resulta na manutenção da apropriação da branquitude, de forma hegemônica, desse importante ambiente social, o qual deveria ser ocupado de maneira simétrica por toda a sociedade.

2.2 Raízes históricas

Ao analisarmos os postulados de Carlos Hasenbalg, torna-se pertinente investigar as raízes e os mecanismos que perpetuam as desigualdades e o preconceito, os quais impedem a plena representatividade da mulher negra no sistema judiciário. Em primeiro plano, o mito da democracia racial tem sido utilizado para mascarar o racismo e a desigualdade no Brasil. Essa ideia ilusória de democracia desempenha um papel central ao suprimir conflitos e impedir debates inter-raciais no campo político, reforçando no imaginário coletivo a crença de que o racismo se manifesta apenas em casos isolados de preconceito e exclusão racial. Trata-se de um sistema que oculta a profunda polarização de classes no país, limitando, assim, o potencial de confronto social. Ademais, com o tardio fim da escravidão, o argumento de que a inserção tardia da população negra na sociedade e o ponto de partida desigual entre brancos e negros explicariam a persistência das desigualdades e da falta de inclusão é outro mecanismo utilizado pelas elites brancas para ocultar o racismo presente em nossa sociedade. Esse argumento torna-se irrisório ao considerarmos que, mesmo antes da abolição, cerca de 90% da população negra já era livre, além do fato de que, apesar da chegada tardia dos

imigrantes no final do século XIX, estes não enfrentaram os mesmos entraves e barreiras no que diz respeito à inserção social e ao pleno acesso à cidadania.

Sob outra perspectiva, é necessário atentar-se à divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, sendo um fator crucial para a sub-representação feminina na política. Essa divisão cria um ciclo vicioso, visto que a falta de representação dificulta a criação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero. No primeiro capítulo da obra “Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil” a autora Flávia Biroli, visa demonstrar a conexão entre essa divisão e a sub-representação política das mulheres. Para ela, isso ocorre a partir de dois pressupostos: a divisão sexual do trabalho é a base fundamental sobre a qual se assentam as hierarquias de gênero; e as intersecções entre raça e classe fazem com que essas de gênero assumam formas diferenciadas (Biroli, 2018: 23). De modo geral, Biroli apresentou um panorama dos debates sobre a opressão que as mulheres enfrentam em relação à divisão sexual do trabalho e demonstrou, por meio de índices atuais, os impactos diferenciados que recaem sobre as mulheres negras em função das intersecções de raça. Ela destaca que as desigualdades de gênero se entrelaçam com outras formas de opressão, como o racismo e a desigualdade de classe, criando obstáculos ainda maiores para a participação política de mulheres negras e de baixa renda.

Considerando o processo ainda em andamento em direção à mitigação das barreiras impostas às mulheres negras ao judiciário gaúcho, ao referirmos-nos à problemática histórica da interseccionalidade dos preconceitos raciais contra as pessoas negras e pardas com os preconceitos de gênero contra as mulheres, vale ressaltar a importância da democratização da justiça, através não apenas da ampliação do direito ao voto - ou do acesso a ele - e da participação política representativa, mas também da mulher negra como própria representante. Acerca disso, Jaqueline Sinhoretto e Frederico de Almeida ao dissertarem sobre a Reforma do Judiciário destacam quatro sentidos da democratização da justiça: a aproximação do poder judiciário com a realidade social, a ampliação da oferta dos meios de resolução de conflito, a democratização das carreiras jurídicas e a diversificação social das carreiras jurídicas. Atribuindo destaque aos dois últimos tópicos, pode-se afirmar que o aprimoramento significativo da democratização e da diversificação social das carreiras jurídicas é fundamental para mitigar a falta da representatividade da mulher negra no sistema judiciário gaúcho e, consequentemente, auxiliar a interromper o ciclo de manutenção do poder das elites e sua reprodução de desigualdades sociais. Assim, o aumento do pluralismo ideológico e gênero-racial na magistratura gaúcha - a qual é fortemente marcada pela exclusão das mulheres negras, como apontam os dados supracitados - mais do que a aceitação do simples direito ao voto à população negra e às mulheres faz-se imprescindível.

4. CONCLUSÕES

Ao longo do presente trabalho foi discutido o lapso de representatividade de mulheres negras no sistema jurídico do Rio Grande do Sul, fundamentando-se na análise das raízes históricas e socioculturais dessa discriminação. Por meio dessa discussão, buscamos evidenciar as consequências da perpetuação desse cenário

desfavorável, em que as instituições de poder operam na conservação de desigualdades. Destaca-se particularmente o impedimento da plena participação de mulheres negras no ordenamento jurídico gaúcho decorrente da vulgarização dos problemas desse grupo social por estruturas que há muito tempo conservam o domínio da branquitude. Em alternativa a esse proceder, prefiguram-se reparações epistêmicas: mais representação e visibilidade de mulheres negras no ordenamento jurídico brasileiro. Em razão disso, propomos uma reflexão acerca da temática discutida e sugerimos a nossa conta no Instagram (@afrojuri) para aprofundamento da pesquisa e conhecimento de personalidades femininas negras importantes para o Direito.

4.1 Apêndice do produto

Com a ideia de propagar a historicidade e enaltecer mulheres negras do mundo jurídico brasileiro, criamos um perfil no Instagram nomeado “@afrojuri”. Nessa página, sucede-se a postagem no *feed* e *story*, de informativos que elucidam os desafios vividos em suas vidas como mulheres negras em uma sociedade racista, bem como, suas trajetórias até chegarem aos seus cargos ou títulos atribuídos na sociedade atual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, R. F. **Magistradas negras no Poder Judiciário brasileiro: representatividade, política de cotas e questões de raça e gênero**. 2018. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba.

FRAGA, J. **Mulheres negras buscam mais representatividade no Poder Judiciário Brasileiro**. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/mulheres-negras-buscam-mais-representatividade-no-poder-judiciario/302228/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

HASENBALG, C. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, n. 2, 1995, pp. 385-400. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro. Disponível em: [Dados - UERJ](#). Acesso em: 06 out. 2024.

MELLO, L. G. de. **O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: reflexões a partir de Carlos Hasenbalg**. *Tomo: Revista de Sociologia*, 2018. Disponível em: [Lume - UFRGS](#). Acesso em: 03 out. 2024.

MINHOTO, A. SANFELICE, C. **Constituição, minorias e inclusão social**. São Paulo: Rideel, 2009.

ROSALEN, E. **Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil**. *Cadernos Pagu*, n. 56, Universidade Estadual de Campinas, 2019, pp. 1-8. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8657183>. Acesso em: 29 set. 2024.